

Carta Compromisso

Pela adoção e promoção da Linguagem Simples



Considerando a Resolução TRE-RO 31, de 24 de junho de 2024, que instituiu a Política de Linguagem Simples no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia

Eu, [Nome da Servidor(a) ou Magistrado(a)], [servidor(a) efetivo(a), ou servidor(a) terceirizado(a) da área administrativa, ou Juiz(a) Eleitoral da ...ª ZE ou Juiz(a) Membro da Corte Eleitoral] do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, venho por meio desta carta declarar meu compromisso com a adoção e promoção da linguagem simples em todas as minhas atividades funcionais.

Reconheço a importância da linguagem simples como um instrumento de acessibilidade e transparência, que visa facilitar a compreensão das informações por parte de todas as cidadãs e todos os cidadãos, especialmente no contexto das atividades eleitorais e administrativas do Tribunal. Acredito que a implementação da linguagem simples contribuirá significativamente para a democratização do acesso à informação, fortalecendo a relação de confiança entre o Tribunal e a sociedade.

Estou ciente da relevância deste compromisso e me coloco à disposição para contribuir ativamente para a promoção e consolidação dessa prática no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Nestes termos, comprometo-me a:

1. Utilizar linguagem clara e objetiva. Empregar termos e expressões que sejam de fácil compreensão para o público em geral, evitando jargões técnicos e burocráticos sempre que possível.
2. Revisar documentos e comunicações: Avaliar e adaptar documentos, comunicados, avisos e outros materiais de trabalho para garantir que estejam redigidos de forma simples e direta e organizados de forma lógica.
3. Capacitação contínua: Participar de treinamentos e buscar continuamente aperfeiçoar minhas habilidades de comunicação para melhor atender aos princípios da linguagem simples.
4. Orientar e colaborar: Incentivar colegas de trabalho a adotarem práticas de linguagem simples e colaborar para a implementação dessa política em todos os setores do Tribunal.
5. Promover a acessibilidade: Assegurar que as informações disponibilizadas ao público sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência e aquelas com menor nível de escolaridade.